UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

MARIZA MARIANO MONTEIRO

FÁBRICA TACARUNA: INCERTEZAS E ESPECULAÇÕES SOBRE O SEU FUTURO

RECIFE
2017

MARIZA MARIANO MONTEIRO

FÁBRICA TACARUNA: INCERTEZAS E ESPECULAÇÕES SOBRE O SEU FUTURO

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção do título do grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Profa. Doutora Emanuela Souza Ribeiro.

RECIFE

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIZA MARIANO MONTEIRO

FÁBRICA TACARUNA: INCERTEZAS E ESPECULAÇÕES SOBRE O SEU FUTURO

Monografia apresentada ao Curso de Bacharel em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção do título do Grau de Bacharel em Museologia, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em: ___/___/___

_____

Profa. Doutora Emanuela Souza Ribeiro
Orientadora - Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.

_____

Profa. Doutora Ana Cláudia Rodrigues da Silva
Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.

_____

Prof. Doutor Caetano De' Carli Viana Costa
Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Unidade Acadêmica de Garanhuns, UAG.

Recife, 13 de março de 2017.

Dedico este trabalho a todos que contribuíram direta e indiretamente com minha formação acadêmica, em especial a minha avó Petronila que foi minha fonte de inspiração para escrita desse texto.

AGRADECIMENTOS

No decorrer da escrita dessa pesquisa só tenho a agradecer as pessoas que se fizeram presentes e contribuíram para que eu alcançasse esse resultado. Foram várias etapas que me levaram a um amadurecimento pessoal e profissional. Saliento que todos foram imprescindíveis nessa jornada.

Meu agradecimento a Deus a quem devo minha vida, pois sem Ele nada sou.

À minha família, que sempre está presente em todos os momentos da minha vida.

Ao professor Caetano de Carli, pois foi no decorrer da sua disciplina que escolhi o tema da minha pesquisa. Suas aulas foram de suma importância para a maturação do meu tema.

À minha orientadora Emanuela, pela paciência, disponibilidade e confiança. Sua presença foi de fundamental importância na construção desse trabalho

A todos os professores do DAM – UFPE, pelos conhecimentos compartilhados e ajuda no meu crescimento profissional.

Aos funcionários da Fundarpe, em especial Jeniffer Ferreira e Rosa Bonfim, pela dedicação e credibilidade em meu trabalho.

A todos os meus colegas, pelo companheirismo e paciência em me escutar nos momentos em que precisei.

Obrigada a todos que contribuíram direta ou indiretamente com mais essa etapa da minha vida!

RESUMO

A nova configuração do patrimônio no Brasil ampliou a concepção sobre o assunto. Essa pesquisa discorre sobre o conceito de patrimônio, analisando o processo de evolução desse conceito até o surgimento dos novos patrimônios. O destaque é o patrimônio industrial, tendo como exemplar de análise a antiga Fábrica Tacaruna, localizada na cidade do Recife, Pernambuco. Apresenta-se sua trajetória histórica, analisando-se sua importância para a memória da sociedade pernambucana, e especialmente o seu processo de patrimonialização, ocorrido a nível estadual em 1994. Apesar do seu tombamento identifica-se um descaso em relação ao destino que vem sendo relegado ao local que durante tantos anos contribuiu para a economia do estado de forma bastante significativa. O trabalho tem como principais referenciais teóricos Françoise Choay e José Reginaldo Santos Gonçalves com seus textos sobre patrimônio, além de Limério Moreira da Rocha que em seu livro relata a história da Tacaruna desde seu primeiro projeto ainda como usina. Foi realizada uma pesquisa documental na sede da Fundarpe em Recife e em jornais no arquivo público de Pernambuco.

Palavras-Chave: Patrimônio. Fábrica. Memória. Tombamento.

ABSTRACT

The new configuration of heritage in Brazil broadened the conception on the subject. This research deals with the concept of patrimony, analyzing the process of evolution of this concept until the emergence of new patrimony. The highlight is the industrial patrimony, having as an example of analysis the old Tacaruna Factory, located in the city of Recife, Pernambuco. Its historical trajectory is presented, analyzing its importance for the memory of the Pernambuco society, and especially its process of patrimonialization, occurred at the state level in 1994. Despite its tipping, it is identified a disregard for the destiny that has been Relegated to the place that for so many years contributed to the economy of the state quite significantly. The work has as main theoretical references Françoise Choay and José Reginaldo Santos Gonçalves with their texts on heritage, in addition to Limério Moreira da Rocha, who in his book reports on the history of Tacaruna since its first project as a power plant. A documentary research was carried out at Fundarpe's headquarters in Recife and in newspapers in the public archive of Pernambuco.

Keywords: Patrimony. Factory. Memory. Tipping.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8

2. AS VERTENTES DO PATRIMÔNIO 11

2.1. PRESERVAÇÃO X CONSERVAÇÃO 15

2.2. PATRIMÔNIO INDUSTRIAL 17

3. TACARUNA: DE USINA DE AÇÚCAR A INDÚSTRIA TÊXTIL 22

3.1. O TOMBAMENTO DO CONJUNTO FABRIL TACARUNA 28

4. OS PROJETOS 32

4.1. ADAPTAÇÃO DA FÁBRICA TACARUNA PARA UM SHOPPING CENTER 32

4.2. ADAPTAÇÃO DA ANTIGA FÁBRICA PARA CENTRO CULTURAL 33

4.3. TACARUNA COMO CENTRO DE CIDADANIA E JUVENTUDE PADRE HENRIQUE 33

4.4. A TACARUNA COMO PALCO DE SALÃO DE ARTE E DE OUTROS EVENTOS 34

4.5. ADAPTAÇÃO DA ANTIGA FÁBRICA PARA CENTRO DE PESQUISA DA FIAT 37

4.6. O DEPOIMENTO DE ROSA BONFIM SOBRE OS PROJETOS 37

4.7. A TACARUNA X PATRIMÔNIO INDUSTRIAL 39

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 42

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 45

FONTES PRIMÁRIAS DO TCC 47

APÊNDICE 48

1 INTRODUÇÃO

A trajetória das indústrias têxteis é um marco para a história de Pernambuco. Muitas dessas fábricas foram fundadas e administradas por famílias abastadas do estado, que mantiveram o controle dessas indústrias e conseguiram arrecadar grandes fortunas entre o final do século XIX e o início do XX. É importante salientar que o desenvolvimento dessas fábricas mudou a vida de algumas localidades onde elas se instalaram. Em alguns casos mesmo após o fechamento dessas indústrias a memória coletiva operária permanece forte.

Dentro do contexto da industrialização que se tornou forte no Brasil entre o final do século XIX e início do XX as fábricas de tecido tiveram destaque. Em Pernambuco, houve o surgimento de vários empreendimentos desse ramo dentre eles a Fábrica Tacaruna. Seu edifício construído no final do século XIX, a princípio para funcionar uma usina de açúcar, a Usina Beltrão, possui características peculiares em relação aos demais prédios construídos para servir como fábricas de tecido em Pernambuco.

As crises financeiras do país refletiram no projeto audacioso da Usina Beltrão, resultando em sua falência e abertura em seu lugar de uma das mais importantes indústrias têxteis de Pernambuco, a Fábrica Tacaruna. Era o momento do apogeu desse tipo de empreendimento no país e a Tacaruna foi durante muitos anos um negócio lucrativo.

Após várias crises a Fábrica Tacaruna fechou suas portas em definitivo em 1992. Dois anos depois do seu fechamento seu edifício foi tombado a nível estadual pela Fundarpe (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco). De fato uma edificação de tamanha importância não podia ser relegada a destruição. Dentre os demais edifícios onde funcionaram indústrias têxteis em Pernambuco, a Tacaruna diferencia-se com sua arquitetura oitocentista.

Destarte apesar de sua importância para a história da industrialização em Pernambuco desde o seu tombamento o destino da Tacaruna tem sido alvo de especulações. Até o momento as utilizações a que foi submetido o edifício da antiga fábrica só prejudicou sua estrutura e o governo estadual, atual proprietário do local, trata aquele espaço de memória como mais um dentre tantos outros tombados e abandonados.

A análise da trajetória da Tacaruna, iniciando com a implantação no século XIX da Usina Beltrão, sua transformação em conjunto fabril e culminando com seu fechamento e total desativação já no século XX, é importante para entender a sua importância para a memória da sociedade pernambucana.

Um estudo sobre a antiga Fábrica Tacaruna, exemplo ímpar de patrimônio industrial em Pernambuco, destacando seu processo de patrimonialização, os projetos que foram elaborados para funcionar em seu edifício após seu tombamento e a não realização de todos, permitirá uma reflexão sobre o descaso do governo estadual em relação à memória operária daquele local.

Na realidade o caso da Tacaruna é um exemplo emblemático de como a questão do patrimônio é tratada no Brasil. Espaços de patrimônio são sucateados com o objetivo de tornarem-se alvo do capitalismo exacerbado, que visa sempre o bem-estar da minoria. Memórias são construídas e destruídas ratificando os interesses da elite, que impõe suas narrativas em espaços de patrimônio.

Os capítulos da pesquisa serão divididos em três, sendo o primeiro sobre os conceitos de patrimônio, patrimônio industrial, conservação e preservação de bem edificado. O segundo capítulo trará o histórico da Tacaruna abordando seus empreendimentos financeiros, sua desativação, culminando com o seu tombamento. O terceiro e último capítulo discorrerá sobre os projetos criados para a antiga fábrica após seu tombamento, alguns eventos que ocorreram no local, com um parecer de uma funcionária da Fundarpe sobre a elaboração dos projetos.

O referencial teórico usado na pesquisa para tratar do tema patrimônio foram dois clássicos do assunto: *A Alegoria do Patrimônio* de Françoise Choay e *A Retórica da Perda* de José Reginaldo Santos Gonçalves. Para o tema memória foi utilizado um capítulo do livro *A Memória Coletiva* de Maurice Halbwachs. A escrita sobre a história da Fábrica Tacaruna teve como base o livro do historiador Limério Moreira da Rocha intitulado *Usina Beltrão, Fábrica Tacaruna: história de um empreendimento pioneiro*, além de cartas patrimoniais como a *Carta de Burra* e a *Carta de Nizhny Tagil*, essa última que trata sobre patrimônio industrial, também foram pilares para o desenvolvimento da escrita.

O processo de tombamento da Fábrica Tacaruna disponibilizado pela Fundarpe foi utilizado para analisar todos os critérios utilizados para patrimonializar o imóvel. Pesquisas em jornais antigos e atuais foram de primordial importância para entender o valor que a fábrica teve para Pernambuco e como o local encontra-se atualmente em estado de abandono.

Acredito que a escolha de um tema de pesquisa deve ser algo que nos mova que nos impulsione a abraçar a causa ciente de todos os percalços que podem surgir no decorrer do percurso. Na museologia sempre gostei do tema patrimônio e me debruçava nos textos que tratavam do assunto. Mas tinha dúvidas sobre que categoria de patrimônio eu iria tratar na pesquisa.

A Fábrica Tacaruna sempre esteve presente na minha vida. Cresci ouvindo minha avó falar sobre aquele local que havia sido seu único trabalho até sua aposentadoria. Ao mesmo tempo a chaminé daquela fábrica me despertava muita curiosidade ainda na infância, principalmente quando a decoravam para o natal. Da minha residência eu observava as luzes daquela imensa árvore de natal e imaginava o cotidiano das pessoas que movimentavam aquela fábrica.

Com a leitura dos textos sobre patrimônio e com as lembranças que me despertavam o prédio da Tacaruna decidi que falar sobre sua história me traria prazer e encantamento. Contudo sabia que correria o risco de misturar tantos sentimentos de nostalgia com a racionalidade que o pesquisador precisa ter no decorrer da sua pesquisa. Espero ter conseguido me distanciar do meu objeto de pesquisa ao ponto de trazer informações importantes sobre a Fábrica Tacaruna e ratificar sua relevância para a sociedade pernambucana.

O presente capítulo aborda os conceitos de patrimônio, patrimônio industrial, conservação e preservação. Trazendo a trajetória das discussões sobre patrimônio com enfoque para o patrimônio industrial, categoria onde se insere o objeto da pesquisa, a Fábrica Tacaruna.

2 AS VERTENTES DO PATRIMÔNIO

A origem da palavra patrimônio está ligada à família, à herança, seja ela econômica, genética, histórica. O patrimônio histórico está diretamente ligado a um bem deixado para uma determinada comunidade, resultado da acumulação de objetos, edificações de estilos diversos que fazem parte da memória de uma sociedade. O significado que esse bem representa para uma sociedade permite seu reconhecimento à categoria de patrimônio (CHOAY, 2006).

De certo que a noção de patrimônio como conhecemos hoje está diretamente ligada à formação dos estados nacionais em fins do século XVIII. Contudo mesmo nas sociedades antigas e medievais o patrimônio já se fazia presente, não como passou a ser concebido na modernidade, mas através das especificidades inerentes a cada sociedade.

Até 1820 os monumentos da França antiga tinham um caráter voltado para os sentimentos de nacionalidade. O século XIX trouxe uma nova significação aos monumentos históricos, há um rompimento com essa visão nacionalista francesa. Ao mesmo tempo, a maioria dos países europeus passa a consagrar seus monumentos históricos com suas características peculiares. Sob essa nova perspectiva a princípio a *Carta de Atenas*[1] de 1931, depois a *Carta de Veneza*[2] de 1964, ratifica a importância desses monumentos, com suas peculiaridades para cada sociedade (CHOAY, 2006).

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes

[1] Cartas Patrimoniais são documentos, recomendações referentes à proteção e preservação do patrimônio cultural elaborados em encontros, em diferentes épocas e partes do mundo. São políticas de preservação do patrimônio nacional desenvolvidas por órgãos de preservação que referenciam os valores patrimoniais em relação aos seus aspectos socioculturais. Ver CIAM. **Carta de Atenas**. Atenas: IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1933. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf. Acesso em: 6 mar. 2017.

[2] ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf. Acesso em: 11 mar. 2017.

criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (ICOMOS-VENEZA, 1964).

Até 1837 quando se criou na França a Comissão dos Monumentos Históricos foram escolhidas três categorias desses monumentos formados por obras da Antiguidade, da Idade Média e alguns castelos. Após a Segunda Guerra Mundial o número dos bens inventariados aumentou significativamente, mas sua categoria permaneceu praticamente a mesma, em geral foram retirados da história da arquitetura erudita e da arqueologia (CHOAY, 2006).

O conceito de patrimônio nacional irrompeu durante a Revolução Francesa desencadeando uma preocupação com os monumentos históricos que não existia até então. Nesse período houve a destruição de vários desses monumentos por parte dos revolucionários que pretendiam com isso apagar da memória da sociedade os símbolos do velho regime. Assim igrejas foram incendiadas, estátuas decapitadas, mosteiros destruídos, objetivando estabelecer uma nova ordem (CHOAY, 2006).

De certo que essa noção de patrimônio nacional, atrelado à ideia de nação, se consolidou por toda a Europa onde as práticas de preservação estavam ligadas a concepção de autenticidade, tudo que um povo havia produzido de excepcional, em geral as obras de arte e os bens históricos. A memória preservada estava vinculada a um recorte onde uma parcela da sociedade era representada e outra ficava a margem dessa representação (SOUZA, 2013).

O início das políticas oficiais de patrimônio no Brasil data de 1936 quando foi criada uma agência federal de proteção ao patrimônio. No contexto da ratificação dessa política é importante situar o cenário histórico brasileiro naquele momento. A princípio uma nova elite urbana em oposição à antiga elite com bases agrárias começava a impor seus interesses políticos, econômicos e sociais. Ao mesmo tempo o ano de 1937 foi marcado por um golpe de estado que radicalizou o projeto modernizador implantado no Brasil a partir de 1930 (GONÇALVES, 2002).

É diante desse contexto histórico que foi estabelecida no Brasil uma política de preservação do patrimônio. Política essa respaldada por um conceito de patrimônio elaborado por uma elite de intelectuais modernistas interessados em ratificar uma identidade nacional brasileira (GONÇALVES, 2002).

Em 1937, após o golpe de estado que instaurou no Brasil o regime político do Estado Novo, liderado pelo então presidente da república Getúlio Vargas, foi criado o Sphan (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão responsável por proteger obras de arte e monumentos históricos do país. Nesse momento a instituição estava subordinada ao MES

(Ministério da Educação e Saúde), que tinha como ministro Gustavo Capanema, figura marcante que permaneceu na instituição até 1945.

É importante salientar, dentro do cenário de elaboração da política de patrimônio no Brasil, a relevância do anteprojeto de Mário de Andrade de 1936. Mário foi convidado pelo ministro Capanema para elaborar o anteprojeto da lei de patrimônio brasileiro. O intelectual incorporou a arte ameríndia, assim como a cultura popular aos bens que deveriam ser valorizados e preservados pela lei do patrimônio (SOUZA, 2013).

O anteprojeto de Mário de Andrade foi rejeitado, tendo sido aprovado o decreto-lei nº 25 de 30/11/1937, bem mais adequado às circunstâncias políticas do Brasil naquele momento. Sem dúvida o anteprojeto de Mário foi bastante avançado para a época, visto que defendia a preservação das artes popular e erudita, como representativas da identidade nacional (FONSECA, 2005).

No contexto da criação do Sphan, o ministro Gustavo Capanema convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade, intelectual mineiro, para liderar a instituição. Apesar de não ser historiador o discurso de Rodrigo durante sua estada no Sphan era fundamentado na preservação histórica da cultura brasileira, tendo como exemplo a arte e arquitetura colonial. Rodrigo, junto com a elite da qual fazia parte, julgava-se responsável por preservar as obras que representavam a nação brasileira (GONÇALVES, 2002).

Nesse primeiro momento o patrimônio histórico e artístico brasileiro estava ligado a uma teoria evolucionista da cultura, onde as populações indígenas e africanas eram consideradas como povos “primitivos” que iniciaram seu processo de evolução com a chegada dos europeus ao Brasil. A cultura desses povos colonizados estava em evolução em relação à europeia tida como “civilizada” e como exemplo de cultura a ser seguida (GONÇALVES, 2002).

Rodrigo de Melo Franco morre em 1969. Nesse ano assume a direção do Sphan Renato Soeiro que permanece até 1979. Durante esse período não houve nenhuma mudança significativa na instituição. Essa mudança só ocorreu a partir de 1979 quando assume a direção do Sphan Aloísio Magalhães.

Aloísio fica à frente do Sphan em um contexto histórico bem diferente da época de Rodrigo na década de 1930. O Brasil estava em um momento de abertura política após o golpe de 1964. Esse novo contexto histórico era propício para o surgimento de novas ideias também relativas à cultura do país (GONÇALVES, 2002).

Assim como o nome de Rodrigo está associado ao Sphan e a uma determinada política de patrimônio, o de Aloísio está intimamente associado com a política de patrimônio cultural

implementada pelo governo brasileiro na segunda metade da década de 1970 (Gonçalves, 2002).

Ao assumir o Sphan Aloísio Magalhães retoma o anteprojeto de Mário de Andrade na época da criação da instituição. Diferente de Rodrigo, Aloísio substitui o patrimônio histórico e artístico por bens culturais, onde enfatiza a cultura brasileira não só em seus aspectos do passado, mas, sobretudo, valorizando o presente. Essa noção de bens culturais está atrelada ao cotidiano da população, às suas contínuas mudanças. Nesse contexto os profissionais ligados ao patrimônio cultural deveriam manter contato com as populações locais (GONÇALVES, 2002).

Aloísio criticava a política elitista do Sphan que preteria certas dimensões do patrimônio cultural brasileiro, quando não levava em consideração a diversidade cultural do país, assim como a importância das três raças: o negro, o índio e o europeu que formaram o Brasil e enriqueceram a constituição da cultura popular (GONÇALVES, 2002).

Assim como Rodrigo, Aloísio sentia-se bastante identificado com a causa do patrimônio. Durante sua trajetória a frente do Sphan, Aloísio expressa seu dever diante da causa, destacando-se como um homem público dedicado a formular uma nova política cultural para o país. Sua morte inesperada em 1982 foi tida como uma espécie de interrupção na elaboração dessa política (GONÇALVES, 2002).

> Aloísio amplia a noção de "patrimônio cultural" de modo a incluir elementos que não se restrinjam à categoria de arte e arquitetura colonial brasileira. Para ele, monumentos e obras de arte são considerados como um tipo especial de bens culturais – "bens patrimoniais" – que são primordialmente associados à "alta cultura" e ao passado histórico e artístico. Eles devem merecer, segundo Aloísio, tanta atenção quanto quaisquer outros bens culturais, mas não deveriam ser privilegiados numa política nacional de patrimônio cultural. (GONÇALVES, 2002, p. 54)

As narrativas de Rodrigo e Aloísio, apesar das diferenças, argumentavam que a não preservação do patrimônio cultural está diretamente ligada a uma possível perda da "tradição" ou "diversidade cultural". Essas perdas comprometem até o processo de "civilização" do Brasil (GONÇALVES, 2002).

Nesse sentido, durante um longo período do século XX as políticas de preservação continuaram privilegiando o patrimônio de pedra e cal. Essa realidade só começou a mudar no final da década de 1970, quando o Sphan passou a valorizar novas vertentes de patrimônio, abrangendo o saber popular, as identidades coletivas, levando em consideração a diversidade cultural, étnica e religiosa do Brasil (SOUZA, 2013).

A Constituição Federal brasileira de 1988 delegou os direitos culturais e aumentou a definição de patrimônio, compreendendo também os bens materiais e imateriais. Em 2000 foi regulamentado o Decreto Lei n° 3.551, de 04 de agosto, onde houve a preservação do patrimônio intangível, instituindo o registro dos bens culturais de natureza imaterial e foi criado um programa específico com o intuito de implantar uma política pública de identificação, inventário e valorização desse novo patrimônio (SOUZA, 2013).

A nova configuração do patrimônio no Brasil abrange também as categorias tangível e intangível, natural e o genético. Nesse contexto o grande desafio do campo do patrimônio perpassa pela banalização e preservação desse bem, independente de sua categoria, além da importância da educação patrimonial nesse cenário (SOUZA, 2013).

O patrimônio industrial está inserido nessas novas categorias de patrimônio, contextualizá-lo mediante as discussões públicas sobre educação patrimonial, preservação, utilização e possíveis explorações pela indústria cultural é um desafio a ser enfrentado e uma necessidade veemente.

2.1 PRESERVAÇÃO X CONSERVAÇÃO

Para tratar da preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural é importante salientar a relevância de determinados espaços como lugares de memória. Esses espaços acabam destacando-se na medida em que passam a fazer parte da memória coletiva de um determinado grupo social, onde o significado de um local torna-se importante para uma coletividade (TOMAZ, 2010).

Por trás de um bem patrimonializado há sempre lembranças comuns a um determinado grupo que, ao rememorá-las, fundamenta a importância do local no tempo presente. Essa memória coletiva permite que uma sociedade mantenha-se coesa em prol da preservação de um espaço, desse passado comum (TOMAZ, 2012).

Ao rememorarmos em conjunto as lembranças de um momento em comum, mesmo que não sejam as mesmas, temos a sensação que o fato passado tem uma maior relevância, pois as recordações em conjunto são vividas com maior intensidade. Isso pode se aplicar também quando recordamos de um lugar em comum, esse passa a ter uma importância diferenciada quando relembrado em grupo (HALBWACHS, 2006).

> Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e

> em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30)

A modernidade trouxe consigo um descuido relativo às construções antigas, tidas como ultrapassadas e obsoletas. Era necessário destruí-las para dar lugar a construções modernas, abrindo espaços para largas avenidas que facilitassem o acesso de transportes modernos (TOMAZ, 2010).

Segundo Choay a consagração do monumento histórico está firmada em um conjunto de práticas que tiveram suas origens nas forças destrutivas da industrialização dos tempos modernos. Esses monumentos tornaram-se obsoletos diante da dinâmica da nova sociedade europeia que surge na era industrial. A manutenção dos edifícios antigos passa a ser negligenciada diante dos novos valores que surgiram com a urbanização moderna (CHOAY, 2006).

Mesmo diante dessa realidade trazida pela modernidade atualmente o conceito de preservação está ligado à memória de toda uma sociedade, sua história, o caminho que percorreu desde os tempos mais remotos até os dias atuais, sempre destacando seu processo contínuo de transformação. Preservar não significa congelar ou valorizar algo estático (TOMAZ, 2010).

Nesse ínterim é importante ressaltar que o valor que um bem patrimonializado passa a ter para uma sociedade perpassa pela sua representatividade, pela memória coletiva que o bem irá trazer a tona. Esses valores estão distribuídos em três tipos: os instrumentais que são as funções que o bem desempenha dentro do contexto social; os simbólicos são aqueles que reforçam a representatividade do bem material, estão relacionados à religião, a atividades artísticas, a poder; os documentais que ratificam a passagem do tempo histórico como a decoração das fachadas, as técnicas de alvenaria utilizadas, eles atestam a veracidade e a idade da época histórica (ZANCHETI, 2014).

Contudo é necessário ressaltar que o termo conservação é bastante recente, anteriormente os termos mais usados eram o de preservação e restauro. Atualmente usa-se o termo conservação, sendo incorporado o restauro e a preservação como uma ação de conservar. A conservação na atualidade busca zelar não só pela integridade física dos bens materiais patrimonializados, mas, sobretudo, leva em consideração o significado daquele determinado patrimônio para a sociedade, os valores subjetivos serão relevantes no momento da intervenção no objeto. Nesse sentido a conservação busca a manutenção do significado do objeto ao longo dos tempos para um grupo social (ZANCHETI, 2014).

Torna-se importante entender exatamente o significado atual desses termos levando em consideração sua relevância para manter a integridade do bem patrimonializado:

> Preservação é o termo para designar a atividade de manter um objeto justamente como ele é encontrado pelo conservador. Procura-se evitar qualquer tipo de alteração ao longo do tempo, especialmente aquelas identificadas como danos. Restauração, por sua vez, é a atividade que trata de modificar o aspecto do objeto patrimonial de uma forma perceptível ao não especialista. (ZANCHETI, 2014, p. 6)

A conservação torna-se assim uma abordagem, uma metodologia para manter a integridade do bem patrimonializado. A princípio tem-se a ideia de que conservar significa tratar dos valores dos edifícios e de outros bens. Esse pensamento de certa forma limitou o alcance da conservação, pois não existia uma razão clara para priorizar ou não determinado valor da conservação. É só a partir do entendimento da significância do bem que o conservador definirá qual o valor irá priorizar, se o documental, o instrumental ou o simbólico (ZANCHETI, 2014).

> A conservação preventiva é aquela que se realiza cotidianamente, como um processo de manutenção preventiva (...). A conservação informacional é, a rigor, uma forma virtual de conservação, porque visa à identificação e armazenamento de características dos objetos em meios de comunicação artificiais. Exemplos típicos são os inventários patrimoniais de edifícios, os estudos monográficos, as fotografias e os relatórios históricos e de análises químico-físicas, dentre outros. (ZANCHETI, 2014, p. 6)

A *Carta de Burra* – documento doutrinário criado na Austrália (ICOMOS, 1980) – reconheceu a importância da conservação dos edifícios antigos. Esse documento estabelece que o importante é preservar o significado cultural de um bem, ampliando assim os tipos de valores que devem ser considerados, isso dependerá do contexto social, sua significação, dentre outros fatores que devem ser levados em conta (ZANCHETI, 2014).

2.2 PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Segundo Choay (2006) a era industrial como processo de transformação contribuiu para acelerar a priorização dos monumentos históricos, ratificando os valores da sensibilidade, principalmente estéticos. Esse período foi considerado de ruptura e de grandes transformações no contexto mundial. De certo que cada país atingiu o apogeu dessa era em períodos diferenciados. Contudo, toda essa transformação provocou um estabelecimento generalizado em relação a leis que visavam à proteção do monumento histórico (CHOAY, 2006).

Com a decadência da era industrial em várias partes do mundo passou-se a ter uma preocupação em relação às várias fábricas que foram desativadas por motivos diversos e

tornaram-se lugares abandonados. A partir dessa realidade outras formas da arte de construir, eruditas e populares foram incorporadas a categoria de patrimônio histórico, com diferentes denominações, dentre elas a arquitetura industrial das usinas, das estações de trem, dos altos-fornos, dentre outras. A princípio essa nova categoria foi reconhecida pelos ingleses (CHOAY, 2006).

Sem dúvida a Revolução Industrial foi um marco para a história da humanidade, e os vestígios deixados durante esse período devem ser valorizados e preservados. A principal carta patrimonial que trata do patrimônio produzido neste período é a Carta de Nizhny Tagil, elaborada na Rússia em 2003, que ratificou a importância de tudo que foi produzido como consequência desse acontecimento histórico. Esse documento determina que os exemplares mais significativos e característicos desse período devem ser protegidos e conservados:

> O Patrimônio Industrial compreende os vestígios da cultura que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH, 2003, p. 3)

É válido salientar a diferença que existe entre patrimônio industrial e arqueologia industrial. Apesar do amadurecimento de estudos relativos ao tema, algumas questões muitas vezes ficam mal esclarecidas. Segundo Angus Buchanan:

> (...) arqueologia industrial é um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registro e, em alguns casos, com a preservação de monumentos industriais. Almeja, além do mais, alcançar a significância desses monumentos no contexto da história social e da técnica. Para os fins dessa definição, um monumento industrial é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram obsoleta há pouco. Na prática, porém, é útil restringir a atenção a monumentos dos últimos duzentos anos, aproximadamente (...). (BUCHANAN, 1972, p. 3)

Já na *Carta de Nizhny*, de julho de 2003 há uma síntese amadurecida da definição de arqueologia industrial:

> A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial. (TICCIH, 2003, p. 3)

Em relação a essas definições diferenciadas, é importante salientar que o recorte cronológico realizado a princípio era centrado no período da Revolução Industrial na Grã-

Bretanha, sem levar em consideração a diversidade de períodos pelo qual os outros países se industrializaram, além de haver industrialização antes do século XVIII. Sendo assim ampliou-se o período de estudo, enfatizando meados do século XVIII em diante (KUHL, 2010).

Além desse fato existia uma discussão sobre o uso da palavra arqueologia, onde certos teóricos argumentavam que seu emprego deveria ser utilizado apenas para os métodos tradicionais, como para escavações. Contudo, segundo Hudson, a palavra arqueologia possui uma semântica mais ampla, podendo ser associada a fases passadas de vidas humanas. Nesse sentido a expressão, arqueologia industrial, consolidou-se e tem uma definição mais atualizada na Carta de Nizhny Tagil, que a tem como método interdisciplinar, e não como disciplina isolada (KUHL, 2010).

A riqueza do patrimônio industrial está em sua diversidade tanto de utilização, como em quantidade. Engloba o patrimônio material, cultural, mais a memória dos operários que por muito tempo tiveram suas vidas condicionadas a realidade de grandes fábricas, ferrovias. Trazer a tona uma reflexão sobre esses lugares permite uma valorização dessa memória operária em um contexto diferenciado daquele proposto pelo capitalismo, que sempre busca destacar esses operários de uma forma simplista, sem levar em consideração todo um contexto social e cultural que havia por trás dos muros das fábricas (DENZEN-KEMPTER, 2007).

O reconhecimento institucional desse patrimônio só ocorreu de fato em 1978 com a criação do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial TICCHI, durante o 3º Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais em Estocolmo. Foi em 2003 na XII Conferência Internacional do TICCHI em Nizhny Tagil, na Rússia que os delegados aprovaram a Carta para o Patrimônio Industrial (DENZEN-KEMPTER, 2007).

Tendo em vista sua abrangência e diversidade torna-se difícil preservar a integridade desse patrimônio. Nesse ínterim é necessária uma política que vise à recuperação desses lugares, devolvendo-os a sociedade em outro contexto, mas de forma coerente (DENZEN-KEMPTER, 2007).

Para manter um monitoramento da preservação desse patrimônio, visando ao mesmo tempo quantificá-lo é importante inventariá-lo e catalogá-lo. Segundo Julian Sobrinho esse procedimento é importante, pois permite:

> Conhecer o patrimônio industrial a partir das ruínas materiais existentes; valorizar seu estado atual geral de conservação e os usos atuais deste patrimônio; estudar em profundidade os elementos mais significativos; propor intervenções seja elas de consolidação ou de reabilitação; propor ações concretas destinadas a dotar esses

> monumentos industriais de um uso, seja ele público ou privado, que permita sua conservação (JULIAN *apud* DEZEN-KEMPER, 1996, p. 42).

Esse processo seria de grande relevância no sentido de dar visibilidade à importância desse patrimônio muitas vezes relegado ao esquecimento, ao descaso de uma política que busca muitas vezes beneficiar patrimônios que proporcionam uma visibilidade maior para o turismo de uma cidade, de um estado. Esse turismo muitas vezes vende uma falsa impressão sobre a política patrimonial de um determinado governo.

No Brasil a industrialização ocorreu com mais intensidade após a II Guerra Mundial. Apesar desse fato, existem no país várias fábricas, de diversas especialidades, além de ferrovias que foram substituídas após a multiplicação de estradas e o aprimoramento de outros meios de transporte. Esses locais têm uma importância ímpar para o país que está relacionada à sua produtividade e ao valor histórico de suas construções e seus maquinários que foram abandonadas após suas desativações. Alguns desses estabelecimentos foram destruídos ou caíram nas mãos de instituições que não tiveram nenhuma preocupação com o seu passado importante.

Nesse ínterim tem sido frequente o aumento do interesse no estudo da questão do patrimônio industrial brasileiro, sobretudo diante das transformações não só na produção fabril, mas em outras áreas da indústria que provocaram o fechamento de várias fábricas, desativações de ferrovias. Causando assim um total abandono das instalações desses locais que são importantes na vida de alguns moradores que residem próximos a essas indústrias ou ferrovias (LOPES; ALVIM, 2003).

O Brasil possui uma grande quantidade dessas indústrias que foram desativadas, hoje estão em situação de total abandono ou deram lugar a locais de consumo, como shopping center. Vários estudos estão sendo realizados sobre a situação dessas antigas fábricas, visando, sobretudo, destacar a importância que esses locais tiveram em um passado tão recente e em sua maioria não receberam do estado uma política de preservação dessa memória (LOPES; ALVIM, 2003).

O estudo da Maria Letícia Mazzucchi traz a tona o conceito de patrimônio industrial, trazendo como objeto de estudo duas fábricas de diferentes seguimentos no estado do Rio Grande do Sul, ratificando a importância desses empreendimentos para as cidades onde funcionaram, fazendo uma análise da sua transformação em lugares de memória. (FERREIRA, 2009).

O estudo de José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim sobre as fábricas de tecido da cidade do Paulista em Pernambuco traz à tona o processo de transformação ao qual a cidade

foi submetida após o fechamento desses estabelecimentos. A pesquisa analisa como a história da cidade está ligada as antigas fábricas de tecido, que apesar de em sua maioria terem sido destruídas, dando lugar a outros empreendimentos, se fazem presentes no processo de desenvolvimento daquela cidade. Esses e outros exemplos podem ser citados como estudos recentes sobre patrimônio industrial no Brasil. Inserida na categoria dos novos patrimônios, tem provocado questionamentos bastante importantes sobre como e porque preservá-los (LOPES; ALVIM, 2003).

O presente capítulo aborda a história da Tacaruna desde a época do seu funcionamento enquanto refinaria de açúcar até a mudança do empreendimento para indústria têxtil. Trata, sobretudo, de sua trajetória e seu significado econômico para Pernambuco durante os anos em que a fábrica de tecido esteve em funcionamento, culminando no tombamento do seu edifício após sua falência na segunda metade do século XX.

3 TACARUNA: DE USINA DE AÇÚCAR A INDÚSTRIA TÊXTIL

O uso de um patrimônio arquitetônico envolve a memória de uma sociedade e sua representatividade. Sendo assim é necessária uma utilização coerente com essa representatividade, pois um mau uso causará um dano igual ou pior que uma situação total de abandono.

Refletir sobre Patrimônio Industrial é sem dúvida questionar como lugares que foram, durante uma época, ocupados por máquinas e pessoas que faziam seus trabalhos muitas vezes em situações adversas, podem, depois de certo tempo, se transformar em espaços de memória. Após a desativação desses locais de trabalho, com a substituição por métodos mais avançados de produção, esses espaços foram abandonados e relegados a um destino de total destruição (FERREIRA, 2009).

No momento em que houve a substituição de processos produtivos por outros mais avançados, as antigas fábricas com suas chaminés passaram a fazer parte da memória de uma determinada população, deixaram de representar locais de trabalho, opressão, para se tornarem vestígio de uma época importante da industrialização de determinados locais. Nesse sentido surge a preocupação em preservar os vestígios de uma maquinaria industrial que passou a ser paulatinamente abandonada e que se transformou em herança de uma fase importante do processo industrial em vários países (FERREIRA, 2009).

> Na verdade, os lugares de memória se instauram quando já não há mais o referente. No caso do patrimônio industrial podemos afirmar que esse surge quando os métodos tradicionais de trabalho industrial foram sendo substituídos no decurso do segundo quartel do século XX pelo desenvolvimento de tecnologias avançadas que logo lançaram à categoria de obsoletos os prédios, máquinas, formas e processos de produção industrial remanescentes, em sua maior parte, de tecnologias surgidas no século XIX ou primeiras décadas do século XX (FERREIRA, 2009, p. 22 – 23).

Em Pernambuco temos vários exemplos de patrimônio industrial, edifícios que foram durante anos lugares de trabalho, fábricas que produziram riqueza para o estado e que atualmente abrigam lembranças da época áurea da industrialização no Brasil. Muitos desses lugares encontram-se abandonados, foram destruídos ou ocupados por outros ramos de

atividades que servem principalmente ao consumo, como, por exemplo, shopping centers ou até mesmo se transformaram em condomínios residenciais. Não havendo nesse sentido nenhuma preocupação em preservar os vestígios de um passado tão importante para Pernambuco, onde a sociedade sinta-se identificada e representada com o patrimônio.

Ao passarmos pela Av. Agamenon Magalhães, no limite entre os municípios de Olinda e Recife, nos deparamos com um prédio que teima em ficar de pé, causando inquietude em alguns transeuntes, disputando lugar com imóveis de estilos contemporâneos que foram sendo edificados em sua volta, mas sem tirar a importância de sua arquitetura. Para alguns, o prédio retrata uma parte da história do estado de Pernambuco de suma importância e que deve ser preservada, o período das grandes fábricas de tecido, que na realidade foi um marco na história do Brasil na primeira metade do século XX. O prédio com o qual algumas pessoas se deparam cotidianamente é a imponente Fábrica Tacaruna, com sua arquitetura oitocentista, que transmite tão expressivas recordações para quem viveu em Recife no final do século XIX e início do XX (ROCHA, 2012).

O exemplo da Fábrica Tacaruna é emblemático quando falamos em Patrimônio Industrial em Pernambuco, sua arquitetura oitocentista destaca-se, causando imponência diante das edificações atuais que estão ao seu redor. Construído no final do século XIX, a princípio para ser uma usina de açúcar, a Usina Beltrão, foi como indústria têxtil que o prédio funcionou por um maior período de tempo. Na realidade a diferença do formato da edificação da Fábrica Tacaruna em relação aos outros prédios construídos para funcionar como indústria têxtil em Pernambuco está justamente no fato de sua edificação ter sido pensada a princípio para funcionar uma usina de açúcar, sofrendo mais tarde adaptações para se adequar ao empreendimento fabril (ROCHA, 2012).

A cultura da cana-de-açúcar foi estabelecida no início da colonização portuguesa, onde Pernambuco assumiu a liderança na produção e comercialização desse produto, deixando o Nordeste na cena principal da economia do Brasil. Contudo o declínio econômico de Pernambuco agravou-se na primeira metade do século XIX, mas desde a descoberta do ouro em Minas Gerais que o crescimento econômico se deslocou para o Sul/Sudeste do Brasil. Tinha início no Nordeste uma realidade que iria submeter essa região a uma situação econômica inferior as demais localidades do Brasil (LEVINE, 1980).

Diante das mudanças econômicas ocorridas no Nordeste a partir da primeira metade do século XIX a economia açucareira sofreu mudanças relevantes. À medida que enfrentavam a concorrência do açúcar produzido em outros países, os senhores de engenho abandonavam suas moendas movidas à água ou bois e tornaram-se fornecedores das novas refinarias de

açúcar que surgiam diante de um contexto econômico-social em transformação. Ao mesmo tempo os agricultores optaram por continuar com a produção da cana-de-açúcar, uma tentativa frustrada, pois o que se observou no final foi o enfraquecimento da economia do Nordeste no contexto nacional (LEVINE, 1980).

É mediante esse processo de mudanças econômicas e sociais que surge em Pernambuco o projeto da Usina Beltrão. Um empreendimento inovador no cenário econômico do Nordeste naquele momento. O objetivo era implantar em Pernambuco, que havia se destacado no cultivo da cana-de-açúcar desde a época da colônia, um projeto diferenciado, que elevaria o estado a um nível elevado na produção de açúcar (ROCHA, 2012).

A Usina Beltrão, idealizada para ser um empreendimento precursor em Pernambuco naquele período, tendo como principal objetivo desenvolver um açúcar competitivo no mercado internacional surgia no momento em que o Brasil tentava salvar sua matéria-prima e a economia nacional. Em Pernambuco o açúcar tinha rendido no período colonial fortunas, é justamente em um contexto de declínio que é implementada a referida usina, a primeira e mais moderna refinaria de açúcar da América do Sul. Esse monumental empreendimento foi idealizado por Antônio Carlos de Arruda Beltrão, engenheiro civil conceituado e que conhecia com afinco a indústria açucareira, além de ter prestígio no campo político-social em Pernambuco e no Brasil (ROCHA, 2012).

A escolha do terreno onde iria funcionar a usina foi o antigo Sítio Tacaruna, palavra indígena que está escrita nos livros da época do Brasil Colônia como Itacoaruna, que significa pedra do buraco preto. A localização privilegiada do terreno, entre duas cidades importantes de Pernambuco, Olinda e Recife, e a água de qualidade encontrada naquele local foram sem dúvida motivos cruciais para garantir o bom funcionamento do negócio (ROCHA, 2012).

Ao mesmo tempo o edifício erguido para funcionar a usina foi pensado de acordo com os maquinários pesados que seriam utilizados durante o funcionamento do empreendimento. Sua chaminé foi erguida com 62m, a mais alta da região no momento de sua construção no final do século XIX, as paredes têm uma conjuntura pesada causando em quem observa um aspecto de fortificação (ROCHA, 2012).

Grandes investimentos foram efetivados durante o processo de montagem da Usina Beltrão, cujo nome homenageava seu idealizador. O empreendimento era sem dúvida lucrativo e inovador para a economia do país naquele momento. O método utilizado na produção do açúcar era o que havia de mais avançado na época, processo Stephen, do Rei do Açúcar Carl Stephen, de quem Antônio Carlos de Arruda Beltrão comprou os direitos de utilização para ser desenvolvido na nova usina em Pernambuco. Esse método garantia a

refinação do açúcar com qualidade superior e pronto para o consumo, permitindo um lucro mais rápido (ROCHA, 2012).

Apesar de vários percalços encontrados no caminho durante a construção da usina, salientando, sobretudo, a falta de apoio do governo estadual e a crise política vivenciada pelo país naquele momento, a Usina Beltrão foi inaugurada por volta de 1895. O Conjunto Industrial era composto pelos seguintes edifícios: o edifício central (composto pelo edifício da usina dividido em três partes: o prédio central com cinco pavimentos, a ala sul com três pavimentos e a norte com dois andares); a chaminé medindo 75m incluindo sua base; uma casa tipo chalé que serviu para residência do diretor-gerente; uma casa para almoxarifados e oficinas; uma casa para destilaria; uma casa de alvenaria onde estava instalada a bomba de sucção de água; quatorze casa de alvenaria conjugadas para operários graduados; três casas de alvenaria isoladas e doze de taipas para funcionários de categoria inferior e outros fins, além de uma área com 50m com uma casa que servia para abrigo das máquinas que proporcionavam água para a usina (ROCHA, 2012).

No ano de 1896 a Usina atinge seu apogeu. Propagandas referentes ao diferenciado açúcar foram vistas em vários jornais da época. Mas a crise viria junto com a instabilidade econômica e política do Brasil naquele período. A decadência do açúcar iniciou-se no século XIX, e a Usina Beltrão foi uma tentativa de elevar novamente Pernambuco à categoria de grande produtor açucareiro. Delmiro Gouveia, grande homem de negócios da época tentou reerguer a Usina Beltrão, contudo não obteve sucesso diante de entraves financeiros e políticos que encontrou em seu caminho (ROCHA, 2012).

O silêncio relativo aos rumos da Usina Beltrão permaneceu até 1924, quando foi vendida a Luiz Lacerda de Menezes e Vicente Lacerda de Menezes que instalaram no local uma das mais prósperas indústrias têxteis de Pernambuco, a Fábrica Tacaruna, empreendimento pertencente à Companhia Manufatora de Tecidos do Norte, sociedade anônima criada em 24 de dezembro de 1924, conforme registro no Livro nº 141, as fls. 08/17 do tabelião Adalberto Eugênio Maçães, atualmente pertencente ao Cartório Ivo Salgado (ROCHA, 2012).

Apesar da criação da sociedade ter se dado em 1924, a inauguração da Fábrica Tacaruna, agora como indústria têxtil, só aconteceu em 1926 conforme notícia do *Diário de Pernambuco*:

> Inaugurou-se, ontem, ás 15 horas, no prédio da antiga Usina Beltrão, no Salgadinho, a Fábrica da Tacaruna de propriedade da Sociedade Anônima Fiação de Tecidos do Norte. Assistiram ao ato o Sr. Dr. Samuel Hardman, secretário de agricultura,

> representando o Sr. Governador do Estado, Francisco Garcéa, o chefe do Serviço Estadual Acadêmico Antiogenes Chaves, Ulysses de Mello, chefe do serviço de vigilância sanitária vegetal, Urbano Gonçalves, abade D. Pedro Roeser, superior do mosteiro de São Bento e outras pessoas. São diretores do estabelecimento os industriais Srs. Luiz Lacerda de Menezes gerente, Vicente Lacerda de Menezes tesoureiro e Manoel Lacerda de Menezes. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, p. 2, 20 ago. 1926)

A Fábrica Tacaruna, gerou empregos para diversas pessoas que vinham de várias partes do estado para trabalhar como operários (ROCHA, 2012). Esse acontecimento se deu também em outros contextos, exemplos foram as indústrias têxteis da cidade do Paulista, que gerou a construção de vilas operárias, causando o que Lefebvre chama de "descamponização", ou seja, a conversão forçada de camponeses em assalariados urbano-industriais (LEFEBVRE, 2012).

No que concerne à sociedade moderna não podemos deixar de destacar que a industrialização é fator característico desse período histórico. As transformações ocorridas no contexto das grandes cidades no processo de modernização, sem dúvida estão ligadas ao surgimento das indústrias que, independente de seu seguimento econômico, modificaram o ritmo de vida dos cidadãos (LEFEBVRE, 2012). As indústrias em geral eram implantadas fora das cidades. Os bairros operários surgem nesse contexto, como uma forma de manter os funcionários da fábrica mais próximos do local de trabalho, de certa maneira mais dependentes (LEFEBVRE, 2012).

Enquanto esteve em funcionamento a Fábrica Tacaruna foi de suma importância para a economia de Pernambuco, além da geração de empregos, desenvolveu uma técnica que utilizava um subproduto do algodão, até então desperdiçado, produzindo assim cobertores a preços populares que tinham grande aceitação no mercado. Também produzia sacos de algodão, flanelas e colchas, todos os produtos vendidos a preços populares.

Ao mesmo tempo existia uma interação social entre a Fábrica, os operários e os bairros circunvizinhos. Nesse contexto foi criado um time de futebol, o Tacaruna Futebol Clube, formado pelos operários da fábrica. Esse time tinha sua sede no bairro de Campo Grande e chegou a ser considerado um dos melhores times de futebol da região naquele período. Foi fundado pelos operários: Manoel Roque, João José da Silva, Eugênio Rodrigues, Anado Neves e José Luiz da Silva (ROCHA, 2012).

No jornal Diário de Pernambuco de 08 de agosto de 1940 consta informação sobre uma partida entre o Tacaruna Futebol Clube X Atheniense. Segundo a reportagem o jogo estava marcado para acontecer no Campo dos Gregos no bairro de Sítio Novo. O time da Tacaruna era formado exclusivamente por operários da fábrica. Seu encontro com o

Atheniense Futebol Clube era sempre motivo de grandes expectativas para ambos os clubes, principalmente para o Tacaruna que até aquele momento não havia vencido o Atheniense (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 8 ago. 1940).

Outra maneira de proporcionar interação entre a fábrica e seus funcionários eram as confraternizações de final de ano organizadas com várias atrações. Essa festividade buscava proporcionar um momento de distração entre os funcionários, que independente da função que desempenhavam, eram responsáveis pelo funcionamento da Fábrica. Durante os festejos que ocorriam na noite do dia 24 de dezembro várias atrações eram previstas dentre elas: uma missa campal realizada a meia noite; carrossel; apresentação de pastoril; dança ao ar livre acompanhada por uma orquestra. Além desses atrativos uma iluminação que se estendia por todo pátio da Fábrica e árvores de natal também faziam parte dessa festa natalina (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 dez. 1932).

A Fábrica Tacaruna atravessou diversas crises financeiras, e a de 1958 se deu principalmente tendo em vista uma grave seca que acometeu o Nordeste e que atingiu a produção da Fábrica, levando seus operários a uma greve. Ao mesmo tempo, desentendimentos no setor administrativo afetavam o bom andamento dos negócios (ROCHA 2012).

Uma de suas mais graves crises se deu em 1983, ocasião em que a Fábrica passou a funcionar com um quadro reduzido de funcionários e quase foi totalmente desativada, uma fase em que a maioria das indústrias têxteis do Nordeste passou por dificuldades financeiras. Nesse período cogitou-se, por parte do Conselho de Turismo de Pernambuco (CONTUR) e do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), convergir alguns museus para o Complexo Industrial da Tacaruna, proporcionando uma maior comodidade no funcionamento dessas instituições museológicas. Observa-se assim que a ideia de transformar o prédio da Tacaruna em lugar de cultura é uma cogitação antiga. Contudo a Fábrica Tacaruna resistiu a mais essa crise e essas ideias não passaram de especulações. Nesse período a Tacaruna passou a investir na qualidade de seus produtos, passando a fabricar cobertores mais sofisticados e de melhor aceitação no mercado naquele momento (ROCHA, 2012).

O investimento na qualidade de seus produtos, sobretudo cobertores, foi a última tentativa de elevar a Tacaruna aos seus tempos áureos. Tentativa essa infrutífera. A crise que atingiu a Tacaruna alastrou-se por outras indústrias do mesmo ramo em Pernambuco. Em 1992 a Fábrica Tacaruna fechou suas portas em definitivo, deixando um imenso vazio no espaço que durante tanto tempo foi habitado por tantas pessoas (ROCHA, 2012). Suas

máquinas foram silenciadas restando o silêncio quebrado pela memória de pessoas que participaram do dia-a-dia da fábrica, conforme afirma Halbwachs:

> Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstruir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. (HALBWACHS, 2006, p. 31)

Havia uma preocupação com o destino que teria o Conjunto Fabril Tacaruna após a desativação da fábrica, sobretudo tendo em vista a arquitetura oitocentista do seu prédio principal, uma estrutura diferenciada diante das demais fábricas do mesmo ramo econômico. Era necessário relegar um destino à altura da história da antiga edificação.

Nesse contexto em 1980 foi criado pelo então Prefeito do Recife - naquela ocasião Gustavo Krause - o decreto de número 11.687 de 10 de setembro daquele ano, que instituía o Sítio Histórico da Fábrica Tacaruana, classificado pelo Plano de Preservação de Sítios Históricos – PPSH, na categoria de Edifícios Isolados, constituída em uma Zona de Preservação Ambiental – ZPA. Essa resolução permitiu uma manutenção da integridade histórica do local até que houvesse de fato o tombamento a nível estadual em 1994 (ROCHA, 2012).

3.1 O TOMBAMENTO DO CONJUNTO FABRIL TACARUNA

O pedido de tombamento do Conjunto Fabril Tacaruna ocorreu em 1993, processo de tombamento nº 2.374/93, sendo encaminhado pela Fundarpe (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco), aos proprietários do imóvel, naquela ocasião o Banco Econômico Agro Pastoril Industrial S/A, empresa privada com sede na cidade de Salvador. Nesse primeiro momento, 13 de outubro de 1993, a Fundarpe defende o tombamento da antiga fábrica tendo em vista seu valor arquitetônico do final do século XIX quase sem descaracterização. (Fundarpe - Processo de Tombamento da Tacaruna. OF/GP/nº 85/93. Fl. 02). A análise física realizada no Conjunto Fabril Tacaruna foi efetuada pela historiadora Virgínia Pernambucana de Mello e pelas arquitetas Neide Fernandes de Sousa e Rosa Virgínia Bonfim (ROCHA, 2012).

De acordo com a análise foi constatado que o prédio tinha uma importância ímpar para a paisagem das duas cidades, Recife e Olinda, sobretudo porque se destacava de todos os imóveis que existiam nos arredores, sua imponência e volumetria são características marcantes, onde sua chaminé se destaca nesse contexto. Existia uma preocupação do Estado

com a preservação do Conjunto Fabril Tacaruna local importante para a memória dos pernambucanos (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA TACARUNA, N° 2374/93 - FUNDARPE OF/GP/nº 85/93. Fl. 02).

Ao receber, por parte da Fundarpe, através dos trâmites legais, o pedido de tombamento do Conjunto Fabril da Tacaruna, o Banco Econômico refuta nesse primeiro momento a solicitação. As argumentações utilizadas pelos proprietários da Tacaruna para impugnar seu tombamento foram várias, dentre elas: a descaracterização do imóvel após a retirada das máquinas que integravam o conjunto fabril; a mudança de atividade econômica da Tacaruna de usina de açúcar para fábrica de tecidos também levou a perda de identidade do edifício tendo em vista a construção de galpões modernos construídos para integrar o novo empreendimento.

Ao mesmo tempo a Fundarpe não enviou junto com o pedido de tombamento o exame técnico do edifício onde deveriam constar os detalhes sobre suas características históricas, junto com informações mais precisas sobre os motivos concretos do tombamento da antiga Fábrica. Eram necessários esses detalhes, visto que o Conjunto Fabril da Tacaruna era composto por várias edificações mais contemporâneas, além do edifício sede, esse sim do século XIX. (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA TACARUNA, N° 2374/93 - FUNDARPE fl.15).

Segundo a Carta de Burra de 1980 um bem deve ser preservado de acordo com a significação cultural que possui. Essa significação dependerá do valor estético, histórico, científico ou social que o bem tem para a sociedade. Atrelado a esses paradigmas a adaptação de um patrimônio a uma nova atividade deve obedecer a sua importância cultural (ICOMOS, 1980).

Por outro lado, a Fundarpe sustentou a intenção de tombar o Conjunto Fabril da Tacaruna, salientando que a retirada das máquinas que compunham a fábrica não influenciou na arquitetura do edifício que em nenhum momento foi descaracterizado. Foi destacada a chaminé da antiga fábrica com sua imponência e as memórias despertadas na população das duas cidades, Olinda e Recife, ao visualizar tal edifício com detalhes tão peculiares. A Fundarpe alegava ser de fundamental importância manter o pedido de tombamento da Tacaruna, sua história de empreendedorismo dignifica a sociedade pernambucana. Essas argumentações por parte da Fundarpe foram fundamentadas após exame técnico efetuado por uma equipe de profissionais responsáveis. Diante do exposto os proprietários do imóvel deveriam aceitar o tombamento provisório a nível estadual até a análise final do Conselho

Estadual de Cultura. (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA TACARUNA, N° 2374/93 – FUNDARPE, fl.15).

O exame técnico do Conjunto Fabril da Tacaruna elaborado pela Fundarpe abrangendo dentre outros pontos os aspectos históricos do local, análise física, levantamento fotográfico, teve como principal objetivo ratificar os motivos que levaram o estado a solicitar o tombamento do imóvel (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA TACARUNA, N° 2374/93 - FUNDARPE fl.15).

No parecer do Conselho Estadual de Cultura, datado de 16 de novembro de 1994, sobre o processo de tombamento há um relato sobre a importância do local ainda na fase do primeiro empreendimento, a Usina Beltrão. Apesar do seu curto período de tempo em funcionamento foi um negócio pioneiro no estado, que produziu um açúcar diferenciado no mercado, um negócio que introduziria Pernambuco em lugar de destaque no mercado nacional. Em um segundo momento o edifício criado para ser uma refinaria de açúcar passa a abrigar uma indústria têxtil que durante vários anos fez parte da vida de pessoas que de alguma maneira contribuíram com o progresso do estado no início do século XX. (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA TACARUNA, N° 2374/93 - FUNDARPE fl.15).

Para o Conselho Estadual de Cultura a história da Fábrica Tacaruna em muito se diferencia das demais indústrias têxteis de Pernambuco, a imponência do seu edifício com suas características ecléticas construído nos limites de duas cidades importantes do estado, é um fato peculiar da sua história. Além disso, o dinamismo da edificação permitiu a mudança do empreendimento, passando de usina de açúcar para indústria têxtil (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA TACARUNA, N° 2374/93 - FUNDARPE fl.15).

Diante do exposto o tombamento do Conjunto Fabril Tacaruna era imprescindível, tendo em vista seu valor arquitetônico, histórico e paisagístico. A imagem do seu prédio, com destaque para sua chaminé, faz parte da memória dos transeuntes das cidades de Olinda e Recife, onde sua perda traria um grande vazio para a paisagem. A necessidade de tombá-la e devolvê-la a sociedade após reparos em sua estrutura era, sobretudo, um compromisso que os responsáveis pela fábrica assumiriam a partir da aprovação do tombamento. Segue resolução do Conselho Estadual de Cultura:

> Resolução Nº 06/94
> O Conselho Estadual de Cultura, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 2º da Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979 e o art. 16 do Decreto nº 6.239, de 11 de janeiro de 1980. Resolução
> RESOLVE:
> Tombar o Edifício Original da antiga refinaria que deu origem ao “Conjunto Fabril da Tacaruna”, situado na Av. Agamenon Magalhães, 5.091

> nesta cidade do Recife, em seus limites com o município de Olinda, estabelecendo-se como área de proteção para este tombamento os limites correspondentes aos muros da fábrica, com área de 51.465,79 m² (cinquenta e um, quatrocentos e sessenta cinco metros, setenta e nove centímetros quadrados), conforme planta de locação de levantamento constante no processo da FUNDARPE 2374/93 e parecer favorável do Conselheiro Marcus Prado.
> CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE PERNAMBUCO. Recife, 16 de novembro de 1994 (Processo de Tombamento Conjunto Fabril da Tacaruna, fl. 135).

Assim o governador do estado na ocasião, Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, em 16 de dezembro de 1994, através do decreto N° 18.229, homologou a resolução 06/94 do Conselho Estadual de Cultura em tombar o Conjunto Fabril Tacaruna. (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA TACARUNA, N° 2374/93 - FUNDARPE fl.15).

O tombamento do Conjunto Fabril da Tacaruna foi acatado pela Fundarpe, o qual foi inscrito no Livro de Tombo II, de Edifícios e Monumentos Isolados, onde o objeto de tombamento foi o edifício original (prédio principal), da antiga refinaria que deu origem ao complexo industrial. Ficou estabelecido no tombamento que os galpões anexos que foram construídos posteriormente poderiam ser destruídos, assim como os acréscimos da fachada principal. Fato que deveria obedecer a critérios de preservação e valorização do prédio principal. (PROCESSO DE TOMBAMENTO DA TACARUNA, N° 2374/93 - FUNDARPE fl.15).

No final do parecer conclusivo da Fundarpe referente ao tombamento do Conjunto Fabril da Tacaruna fica claro o quão era importante a restauração do bem e sua devolução para a sociedade pernambucana. Contudo o antigo prédio, assim como vários outros dentro do contexto de patrimônio no Estado, foi e continua submetido ao esquecimento. Sua estrutura arquitetônica sofre com o efeito do tempo e seu destino continua uma incógnita para a sociedade (ROCHA, 2012).

O presente capítulo faz uma abordagem dos projetos que foram elaborados para a Tacaruna após seu tombamento. Relata alguns eventos que ocorreram na antiga Fábrica mesmo após o local ter se tornado patrimônio. Eventos esses que foram proibidos após ter sido constatado que poderiam prejudicar a integridade do bem tombado.

4 OS PROJETOS

4.1 ADAPTAÇÃO DA FÁBRICA TACARUNA PARA UM SHOPPING CENTER

Em 1989 foi encaminhado pela empresa Sena Caldas & Polito Arquitetos LTDA para Fundarpe um projeto de adaptação da Fábrica Tacaruna para um Shopping Center. Essa empresa participava da elaboração de estudos para esse empreendimento. Nesse período o tombamento definitivo não havia sido estabelecido pela Fundarpe, e a Fábrica funcionava nesse momento de forma parcial, sendo descrito no documento que a adaptação do edifício para um Shopping Center respeitaria o significado histórico da edificação graças, sem dúvida, ao documento criado em 1980 pelo então prefeito do Recife na época, Gustavo Krause que instituía o Sítio Histórico da Fábrica Tacaruna na categoria de Edifícios Isolados, constituída em uma única Zona de Preservação Ambiental – ZPA (PROJETO DE ADAPTAÇÃO DA FÁBRICA TACARUNA PARA UM SHOPPING CENTER).

O projeto previa algumas modificações na parte estrutural da fábrica, sem descaracterizar o seu prédio principal. Essas modificações eram previstas para os galpões que foram construídos posteriormente, que seriam adaptados para receber o novo empreendimento. Foi sugerido no projeto que algumas máquinas antigas do final do século XIX, que ainda se encontravam na fábrica, fossem expostas para visitação em um espaço reservado para contar a história da Tacaruna na época em que funcionou como indústria têxtil. As características antigas e imponentes do prédio principal da Fábrica eram ressaltadas no projeto como um ponto favorável e inovador para a instalação de um centro de compras. (PROJETO DE ADAPTAÇÃO DA FÁBRICA TACARUNA PARA UM SHOPPING CENTER).

A Fundação de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda assim como o IPHAN / Pró-Memória (atualmente apenas Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), apresentaram pareceres favoráveis à instalação de um Shopping Center na antiga edificação da Fábrica Tacaruna, com ressalvas relativas à preservação rigorosa do prédio central, a altura do edifício onde iria funcionar o estacionamento e a utilização do solo que deveria manter-se

virgem em até 20%. (PROJETO DE ADAPTAÇÃO DA FÁBRICA TACARUNA PARA UM SHOPPING CENTER).

4.2 ADAPTAÇÃO DA ANTIGA FÁBRICA PARA CENTRO CULTURAL

Em 2000, o Governo do Estado de Pernambuco desapropria o imóvel da Tacaruna, então propriedade do Banco Econômico S/A e dá início às discussões sobre o melhor uso e formas de ocupar o edifício histórico. Foram dois projetos com objetivo de transformar a antiga Fábrica Tacaruna em centro cultural. O primeiro foi o projeto de transformá-la em uma estação cultural encaminhado para a Fundarpe logo após a desapropriação do imóvel pelo Governo do Estado. O espaço seria dedicado à arte e a cultura nos seus mais diversos recortes, com áreas dedicadas às artes plásticas, teatro, cinema, dança, designer.

Na Estação Cultural Tacaruna teriam áreas para estúdio de música, onde os artistas poderiam ensaiar com suas bandas, produzir suas músicas, além de estúdio de cinema e vídeo, laboratório fotográfico, salas de aula, salas para dança, teatro e uma sala específica para apresentações de peças teatrais com 420 lugares. Além de sala destinada a expor a coleção de arte contemporânea do colecionador pernambucano Marcantônio Vilaça. (PROJETO CENTRAL CULTURAL TACARUNA, PROPOSTA DE PARCERIA).

4.3 TACARUNA COMO CENTRO DE CIDADANIA E JUVENTUDE PADRE HENRIQUE

Outro projeto encaminhado para Fundarpe foi o do Centro de Cidadania e Juventude Padre Henrique. O Projeto foi encaminhado para em 2009, sendo uma parceria do Governo Estadual e do Governo Federal objetivando resgatar a cidadania de jovens, incentivando sua cultura, lazer, educação, esporte e a formação profissional, além de devolver para a sociedade a Tacaruna reformada, respeitando as restrições que competem a um bem tombado, dentro de um novo contexto histórico (PROJETO CENTRO DE CIDADANIA E JUVENTUDE PADRE HENRIQUE).

Esse centro cultural abrigaria atividades de várias secretarias estaduais: Juventude e Emprego - SEJE, Educação - SE, Defesa Social - SDS, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTME e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE. O prédio principal acondicionaria todas as atividades que seriam desenvolvidas no centro, onde os demais galpões que foram construídos durante o funcionamento da indústria têxtil

seriam coordenados pelas Secretarias já citadas e onde também seriam desenvolvidas atividades do centro cultural. Cada galpão teria sua própria administração e direção, responsáveis por coordenar as atividades desenvolvidas nesses locais, que deveriam dialogar entre si. (PROJETO CENTRO DE CIDADANIA E JUVENTUDE PADRE HENRIQUE, 2009).

A utilização do Conjunto Fabril Tacaruna como centro cultural visava integrar jovens e pessoas de várias idades nas atividades oferecidas pelo local, ao mesmo tempo iria valorizar o bem tombado com uma proposta de restauração e adequação da Fábrica para o novo empreendimento. (PROJETO CENTRO DE CIDADANIA E JUVENTUDE PADRE HENRIQUE).

Os projetos que foram elaborados para a Fábrica Tacaruna foram de grande valor. Buscavam uma interação da sociedade com o espaço, em especial aqueles pensados para transformá-la em centro cultural. É válido salientar que esse empreendimento não converteria a antiga fábrica em um local estático, a escola, teatro e salas para oficinas culturais foram espaços importantes, pensados para enfatizar a importância que a Tacaruna tem no contexto do patrimônio industrial brasileiro. O fato de nenhum projeto ter sido executado deixa claro o descaso em relação à memória industrial no Brasil.

4.4 A TACARUNA COMO PALCO DE SALÃO DE ARTE E DE OUTROS EVENTOS

Em 2002 foi montada na antiga Fábrica Tacaruna o 45° Salão de Artes Plásticas de Pernambuco que teve como título “A Torre e o Tempo”. A exposição ocupou 6000 metros quadrados e teve como curador o artista pernambucano Paulo Bruscky. Na ocasião o evento comemorava 60 anos da primeira edição e teve na antiga Fábrica um cenário perfeito para essa celebração. A abertura do evento se deu em 12 de dezembro de 2002 e seu encerramento em 16 de fevereiro de 2003 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 31 out. 2002).

Algumas mudanças relativas à organização do salão tiveram destaque, sobretudo referente à premiação que passou a beneficiar projetos artísticos com bolsas mensais de R$ 1,2 mil para o artista ganhador. (Diário de Pernambuco, 31/10/2002). O título do salão “A Torre e o Tempo” estava diretamente ligado a duas intervenções efetuadas por dois artistas participantes do salão em duas dependências da Fábrica. Uma das intervenções foi a do artista paraibano João Câmara que pintou a chaminé da Tacaruna com listas horizontais pretas, tornando-a parecida com um farol, confundindo o público. O objetivo do artista era chamar a atenção dos visitantes e transeuntes do local mesmo antes de adentrar na exposição. Outra

intervenção foi a do artista Flávio Emanuel que recebeu o convite para intervir no relógio da fachada principal da fábrica, um dos pontos mais emblemáticos do local (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11 fev. 2003).

No que diz respeito à parte expositiva, o salão buscou expor obras de artistas renomados e menos experientes. Nesse sentido três grandes exposições ficaram disponíveis para o público: duas delas traziam o panorama dos movimentos artísticos ocorridos em Pernambuco desde o início do século XX; a outra reunia obras pensadas exclusivamente para o salão, todas de artistas experiente e atuantes. Outro módulo da parte expositiva era dedicado a grupos artísticos surgidos a partir da década de 90 em Pernambuco, como por exemplo, o Grupo Camelo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 31 out. 2002).

Segundo o jornal Diário de Pernambuco de 31 de outubro de 2002 a reforma estrutural da Tacaruna estava parada na ocasião da exposição. Na realidade o projeto arquitetônico contemplado no concurso para revitalização do prédio apresentou irregularidade relativa a intervenções em imóveis tombados. Sendo assim a situação estrutural do edifício estava precária. Mas para a realização do salão o local passou por alguns reparos básicos como: a instalação de sanitários, limpeza e conserto da energia elétrica. Essas ações visavam amenizar o aspecto de abandono pelo qual a antiga fábrica passava (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 31 out. 2002).

Bruno Lisboa, presidente da Fundarpe naquele período, relata que o projeto do Centro Cultural Tacaruna estava parado por tempo indeterminado. O fato de o salão acontecer na antiga Fábrica era importante, pois dava visibilidade ao local enquanto os entraves relativos ao seu destino não eram resolvidos. É importante salientar que na época cogitava-se que a coleção de Marcantônio Vilaça, grande colecionador de arte contemporânea falecido em 2000, ficaria exposta no Centro Cultural Tacaruna após sua inauguração. Tais informações não passaram de conjecturas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 31 out. 2002).

Na abertura do salão, o governador de Pernambuco na época, Jarbas Vasconcelos, se surpreendeu com a grandiosidade da Tacaruna, entusiasmando-se com a futura reforma do local e sua transformação em Centro Cultural. Segundo Bruno Lisboa, Jarbas informou: “que trataria a Tacaruna como uma BR-232 da cultura”. Hoje se pode constatar através dessa afirmação do antigo governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, que o tratamento que relegou a Tacaruna não foi o mesmo da BR-232, a antiga Fábrica continua entregue ao descaso (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11 fev. 2003).

Além dos trabalhos de 28 artistas e dos nove grupos de arte, o 45° Salão de Artes Plásticas de Pernambuco tinha uma programação com um plano de ações culturais. Fazia

parte dessas ações o Cartório Boêmio das Artes, uma proposta de fim de tarde cultural que reunia pesquisadores e integrantes dos movimentos artísticos representativos dos anos 90 em Pernambuco (JORNAL DO COMMERCIO, 14 jan. 2003).

O Sarau da Memória foi outra ação que ocorreu durante o salão. Essa atividade resgatava a memória operária da antiga fábrica, trazendo para visitar a exposição ex-funcionários da Tacaruna. Após a visita seguia-se uma conversa com o público, onde os ex-funcionários traziam a tona suas experiências da época em que a Fábrica funcionava. Essa ação ocorria sempre nas terças-feiras em horários pré-determinados pela organização do evento (JORNAL DO COMMERCIO, 14 jan. 2003).

O 45° Salão de Artes Plásticas de Pernambuco teve um grande índice de visitação, apesar de ter iniciado fora do período escolar e terminado antes da chegada dos turistas para o carnaval. De certo que o grande sucesso de público da exposição foi atribuído não só as obras dos artistas, mas também ao espaço expositivo. A antiga Fábrica Tacaruna despertava o interesse de pessoas que nunca tinham tido acesso as dependências do prédio. Muitos visitavam a exposição muito mais para conhecer a Fábrica do que para vislumbrar as obras (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11 fev. 2003).

Uma das obras mais impactantes da exposição foi a do artista Maurício Silva intitulada “Cem Cabeças para o Próximo Século”. O artista confeccionou cem cabeças de cerâmica, nos dias finais da exposição elas foram enterradas dentro de um grande buraco aberto pelo próprio artista no interior da Fábrica Tacaruna. Essas cabeças devem permanecer enterradas durante todo o século XXI, devendo ser desenterradas no ano de 2101. O artista firmou esse acordo com o governo do estado de Pernambuco na época (DIARIO DE PERNAMBUCO, 11 fev. 2003).

A realização do *45° Salão de Artes Plásticas de Pernambuco* na antiga Fábrica Tacaruna foi sem dúvida um evento marcante para o local desde seu fechamento em definitivo em 1992. O público visitante teve a oportunidade de visualizar obras de artistas renomados no universo da arte moderna e contemporânea brasileira, além de ter acesso a um local importante dentro do contexto do patrimônio industrial de Pernambuco.

A Tacaruna também serviu de palco para outros eventos como shows de vários artistas brasileiros e prévias carnavalescas. Esses eventos de grande porte acabaram comprometendo a estrutura da antiga Fábrica. Em 2010 o Ministério Público de Pernambuco através de liminar proibiu a realização de tais eventos nas dependências da Fábrica Tacaruna, argumentando que havia o risco iminente de prejudicar o patrimônio histórico e cultural do Estado (LEIAJÁ, 20 jul. 2010).

Não há como negar que a atitude do Ministério Público diante do tratamento que vinha sendo relegado a Tacaruna, proibindo shows e eventos de grande porte no local foi sem dúvida uma maneira de mostrar que o local não está totalmente esquecido pela sociedade pernambucana de uma maneira geral. Mas muito ainda falta ser realizado pela antiga fábrica, com o objetivo de devolver aquele local para a sociedade com toda a sua magnitude.

4.5 ADAPTAÇÃO DA ANTIGA FÁBRICA PARA CENTRO DE PESQUISA DA FIAT

Em 04 de abril de 2014 o então governador de Pernambuco na época, Eduardo Campos, anuncia que a antiga Fábrica Tacaruna iria abrigar um Centro de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Engenharia Automotiva da Fiat. A notícia foi pronunciada após a instalação da fábrica da Fiat (Fiat Chrysler Automobiles) na cidade de Goiana, contudo, segundo a Fundarpe, a empresa não apresentou o projeto para o novo empreendimento. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PODER EXECUTIVO, 4 abr. 2014).

Em 2015, já na gestão do governador Paulo Câmara, é confirmada que a antiga Fábrica seria cedida para a Fiat, para que o empreendimento se consolidasse faltavam alguns detalhes não divulgados na notícia. Mas ainda em 2015 as reformas necessárias para o início das atividades seriam iniciadas. (LEIAJÁ, 22 jul. 2015).

O fato de o governo estadual ter cedido a Tacaruna para um empreendimento da Fiat provocou muitas críticas por parte da sociedade pernambucana. Após tantos projetos culturais elaborados para o local, onde a população teria uma interação mais direta com a antiga Fábrica, o governo decide instalar um negócio de uma multinacional. Essa atitude é, de fato, bastante questionável, principalmente diante do descaso do governo em relação à cultura, sobretudo em relação à Tacaruna durante todos esses anos. (LEI JÁ, 22 jul. 2015).

4.6 O DEPOIMENTO DE ROSA BONFIM SOBRE OS PROJETOS

Em entrevista com Rosa Bonfim, arquiteta da Fundarpe, foi realizada uma análise sobre os projetos criados para a Fábrica Tacuruna, mas que por motivos bem questionáveis não foram concretizados. Sua fala é de uma importância ímpar, tendo em vista que participou dos trâmites de alguns desses projetos.

Rosa Bonfim é arquiteta, está na Fundarpe desde 1978 e atualmente encontra-se como chefe da unidade de preservação dessa instituição. Em sua entrevista, realizada na sede da

Fundarpe em Recife no dia 22 de agosto de 2016, pude obter algumas informações importantes sobre os projetos que foram elaborados para a antiga Fábrica Tacaruna.

Segundo Rosa Bonfim o primeiro projeto idealizado foi o shopping center que não chegou a ser apreciado pela Fundarpe, pois o tombamento da Fábrica não havia sido ratificado, o local era uma zona de preservação ambiental segundo o Decreto n° 11.687, de 10 de setembro de 1980. Neste sentido, mesmo a Fundarpe não sendo ainda responsável pelo imóvel, relutou para que ele não se tornasse mais um shopping center (BONFIM, Rosa. 22 ago. 2016).

O Projeto do Centro Cultural Tacaruna elaborado em 2000 após a compra do imóvel pelo governo do estado, foi de fato o primeiro pensado após o tombamento. O prédio principal foi o objeto de tombamento, sendo assim qualquer empreendimento desenvolvido para o local teria que recuperar sua arquitetura, respeitando as regras de preservação.

Com o objetivo de preparar profissionais para trabalhar no Centro Cultural Tacaruna foi realizado um concurso que selecionou 13 candidatos de várias áreas de conhecimento: historiador, arte-educador, museólogo, dentre outros. Esses profissionais viajaram para a França como bolsista, passaram um período de quatro anos nesse país se especializando. O objetivo era aplicar os conhecimentos recebidos durante esse período no Centro Cultural que seria instalado na antiga Fábrica Tacaruna (BONFIM, Rosa. 22 ago. 2016).

Ao mesmo tempo foi realizado outro concurso, esse visava selecionar projetos arquitetônicos para restauração da Tacaruna. Durante o concurso havia uma comissão que respondia as respostas dos participantes, onde era ratificado que no processo de tombamento não era permitida nenhuma alteração no prédio principal. Contudo o projeto que ganhou o concurso descumpriu todas as restrições que haviam sido estabelecidas pela Fundarpe no processo de tombamento da antiga Fábrica, alterando inclusive algumas características da coberta (BONFIM, Rosa. 22 ago. 2016).

O 13º colocado no concurso contestou, alegando que o projeto ganhador alterou características arquitetônicas do prédio principal. Nesse sentido todos os projetos, do 13° até o 1º colocado, foram recolhidos para serem reavaliados. Sendo constatado que em sua maioria os projetos tinham alterações relativas às recomendações estabelecidas pela Fundarpe sobre o imóvel tombado. O concurso foi cancelado, tendo havido uma estagnação em seu processo (BONFIM, Rosa. 22 ago. 2016).

Posteriormente, segundo Rosa Bonfim na época de uma das gestões de Jarbas Vasconcelos enquanto governador, foi criada uma comissão responsável pela administração da Tacaruna. Essa comissão era composta por funcionários da Fundarpe e tinha nomes como:

Paula Peixoto e Gustavo Bandeira, ambos profissionais do ramo da arquitetura, além de pessoas de apoio. Tudo relativo à antiga Fábrica passou a ser desenvolvido por essa equipe, que trabalhava no próprio prédio da Tacaruna. Nesse período houve uma reforma na coberta e no estacionamento da antiga Fábrica. O dinheiro utilizado para essas melhorias foi empregado por uma secretaria do governo estadual (BONFIM, Rosa. 22 ago. 2016).

O Projeto do Centro de Cidadania Padre Antônio Henrique foi encaminhado para a Fundarpe em 2009. Nesse projeto os galpões que foram construídos atrás do prédio principal da Tacaruna, na época em que funcionava como indústria têxtil, abrigariam algumas secretarias do governo estadual. Inclusive um deles seria reservado para a Fundarpe. Na ocasião a Fundarpe aprovou esse projeto que passou por algumas reformulações em 2012. Mas segundo Rosa Bonfim foi "mais um empreendimento elaborado para a Tacaruna que não saiu do papel provavelmente por falta de recursos" (BONFIM, Rosa. 22 ago. 2016).

4.7 A TACARUNA X PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Os projetos que de fato foram elaborados para a Tacaruna, imóvel tombado a nível estadual desde 1994, não saíram do papel. Em sua maioria o parecer da Fundarpe foi favorável às propostas apresentadas, necessitando apenas de alguns ajustes. Na realidade o resultado desses projetos, ou seja, o motivo pelo qual nenhum deles se concretizou e a antiga Fábrica continua abandonada, com sua estrutura se deteriorando a cada dia, não fica explícito nas documentações consultadas. Nem mesmo na fala da Sra. Rosa Bonfim em entrevista, que cogita sempre a possibilidade da falta de recursos e argumenta que o maior interesse da Fundarpe é devolver a antiga Fábrica para sociedade, restaurada.

Atualmente a Tacaruna é administrada pela Secretaria da Criança e Juventude de Pernambuco, que tem sua sede na Av. Cruz Cabugá no bairro de Santo Amaro em Recife. Em contato através de e-mail no dia 15 de agosto de 2016 com essa secretaria do governo estadual solicitei esclarecimentos sobre como de fato era a administração de tal órgão em relação a Fábrica Tacaruna. Na mesma data obtive a informação do gerente de comunicação Paulo Salgado, também através de e-mail, que essa secretaria é responsável apenas pela segurança da antiga fábrica, cabendo as demais responsabilidades ao governo do estado de Pernambuco.

A quantidade de antigos estabelecimentos fabris no Brasil que foram protegidos por órgãos de preservação na esfera nacional, estadual ou municipal é ínfima. Não há uma preocupação no país em preservar esses estabelecimentos que foram tão importantes para o seu desenvolvimento econômico. Um dos motivos desse fato é o valor relegado a

estabelecimentos que desfrutaram no passado, de um status de nobreza, esses sim merecem ser preservados e resguardados para posteridade. Como o mundo do trabalho não desfruta dessa aura nobre, não há uma preocupação mais veemente com a preservação desses imóveis (MAWAKDIYE, 2005).

A Fábrica Tacaruna é um caso bem peculiar de um espaço de trabalho que se tornou um lugar de memória. Uma das imagens mais marcantes da Fábrica refere-se a grande quantidade de funcionários que estavam sempre atentos ao apito de entrada e saída, que anunciava horas importantes do dia-a-dia daquelas pessoas (FERREIRA 2009).

Em um dos momentos mais marcantes da Revolução Industrial a Fábrica Tacaruna empregou a comunidade do seu entorno que até hoje tem uma identificação com o local. A memória operária que persiste até hoje está atrelada aos momentos de interação que a fábrica proporcionava. São lembranças de uma época em que a indústria têxtil estava em lugar de relevância no Brasil. Lembranças dos grandes pavilhões da Fábrica que se encontram hoje abandonados e que insistem em se manter de pé. Os edifícios contemporâneos que foram surgindo ao redor da Tacaruna não diminuíram sua grandiosidade. Na realidade o que ainda persiste são indícios de outro tempo, o tempo da Fábrica.

Mesmo com a proteção do tombamento estadual, a Tacaruna é mais um exemplo do descaso das autoridades com o patrimônio, onde se tomba o bem, abandonando-o em seguida, objetivando muitas vezes justificar posteriormente sua venda para uma empresa que não dará um uso coerente ao imóvel, como por exemplo, uma grande construtora, que fará condomínios onde só uma minoria terá acesso.

Diante desse contexto é fundamental trazer a tona algumas considerações do documento que rege o patrimônio industrial. De acordo com a Carta de Nizhny Tagil de julho de 2003 a importância do patrimônio industrial está, sobretudo, atrelada ao significado que esses locais desempenharam historicamente para a sociedade:

> O Patrimônio Industrial representa o testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões que justificam a proteção do patrimônio industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais. O patrimônio industrial reveste um valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua concepção. (Carta de Nizhny Tagil, 17 de julho de 2003, p. 4)

O documento traz algumas considerações relevantes sobre a utilização do patrimônio industrial, ratificando sua conservação e devolução para a sociedade:

> A conservação do patrimônio industrial depende da preservação da sua integridade funcional, e as intervenções realizadas num sítio industrial devem, tanto quanto possível, visar à manutenção desta integridade (...). A adaptação de um sítio industrial a uma nova utilização como forma de se assegurar a sua conservação é em geral aceitável salvo no caso de sítios com uma particular importância histórica. As novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização recomendável uma adaptação que evoque a sua antiga atividade. (Carta de Nizhny Tagil, 17 de julho de 2003, p.10)

As considerações expostas nesse documento deixam claro o quanto o espaço de memória chamado Tacaruna é vítima dessa patrimonialização que em geral tomba, engessa e abandona. Utilizada para eventos que prejudicaram sua estrutura em troca de acordos firmados entre o governo estadual e os grandes empresários que promoviam esses shows, a Tacaruna encontra-se hoje em um estado que exige uma posição do governo estadual quanto ao seu destino (LEIAJÁ, 20 jul. 2010).

Um flagrante de uma reportagem da Folha de Pernambuco no último dia 16/02/2017, trouxe a tona o estado de abandono em que se encontra o edifício da antiga Fábrica Tacaruna. Na reportagem consta a imagem de adolescentes no topo do prédio tombado da fábrica, enquanto crianças adentravam pela parte térrea do local. Todo esse movimento se dava aparentemente de forma bastante natural, sem que houvesse nenhum tipo de repreensão. Esse fato constata o estado de vulnerabilidade daquele espaço de memória **(**PORTAL FOLHA PE, 16 fev. 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Industrial foi um acontecimento histórico que transformou de maneira significativa os modelos de produção tradicionais que havia no mundo. Sem dúvida foram transformações que mudaram a mentalidade político-social de vários países considerando que essa revolução se deu em momentos históricos diferentes em várias partes do mundo. Houve nesse período um processo de ruptura que marcou sobremaneira os rumos da história da humanidade.

Essas transformações provocadas por um avanço tecnológico deixaram vestígios materiais, atrelados a valores humanos que mereciam ser estudados e conservados. As discussões acerca do patrimônio industrial são ainda recentes. Essa categoria está inserida dentro dos novos rumos do processo de patrimonialização. A *Carta de Nizhny Tagil* elaborada em 2003 na Rússia tem por objetivo definir o que é patrimônio industrial, assegurando sua integridade, sua importância e seu estudo. Salientando, sobretudo, a singularidade desses espaços e quão importantes são para compreender a história de determinados lugares.

A noção de patrimônio industrial está veiculada a ideia de um local que passou por um processo de mudança de função. O que foi um dia um espaço de trabalho, de movimento intenso de pessoas, passa a ser um lugar de memória, de lembranças de uma época em que o barulho das máquinas ressoava de maneira gritante nos ouvidos dos operários. Esses espaços ganham um novo significado, uma nova configuração.

Esse patrimônio vai além de seus valores estéticos, representa uma importância do desenvolvimento tecnológico, além do testemunho da vida de homens e mulheres comuns que tiveram experiências ligadas ao cotidiano de fábricas, ferrovias, oficinas, dentre outros. São valores intrínsecos e específicos a cada sítio industrial.

Em Pernambuco há muitos exemplos de patrimônio industrial, em especial de fábricas de tecido que foram abertas no estado na primeira metade do século XX. Várias foram as cidades e bairros que se desenvolveram ao redor dessas grandes fábricas. A cidade do Paulista ficou conhecida como a “Cidade das Chaminés”, tendo em vista a quantidade de fábricas de tecido que se desenvolveram na localidade.

O exemplo da Fábrica Tacaruna é de fato bastante peculiar no contexto das demais fábricas de tecido que foram abertas na mesma época em Pernambuco. Seu prédio, erguido para ser a princípio uma usina de açúcar, diferencia-se arquitetonicamente dos demais edifícios criados para ser uma indústria têxtil. O empreendimento da usina de açúcar não foi

adiante e o prédio foi adaptado para tornar-se uma das mais prósperas indústrias têxteis de Pernambuco.

A Tacaruna empregou homens e mulheres que residiam em bairros próximos à fábrica. Essas pessoas tiveram suas vidas ligadas ao cotidiano desse local durante anos. Essa memória coletiva sem dúvida é de suma importância, deve ser conservada e resgatada sempre que possível. No caso da Fábrica Tacaruna após sua desativação em 1992 houve uma preocupação quanto à utilização de seu prédio com características oitocentista. Qual o destino possível a ser relegado a um local que foi testemunho de uma época importante para a história de Pernambuco? Em 1994 a Fundarpe com aval do Conselho Estadual de Cultura decide tombar a antiga Fábrica. Sem dúvida era necessário proteger aquele espaço, pela sua magnitude, mas, sobretudo pela sua história.

Pesquisar sobre a antiga fábrica foi sem dúvida prazeroso e instigante. Os entraves que existem em torno daquele local me proporcionou bastante curiosidade sobre o que havia por trás de tantas conjecturas. Durante a pesquisa o primeiro local que visitei foi a sede da Fundarpe para análise do processo de tombamento da Tacaruna. Os funcionários que trabalham no setor de patrimônio demonstraram desde o início interesse em me auxiliar na pesquisa. Dentre essas pessoas a arquiteta Rosa Bonfim que trabalha na instituição desde a década de 1970. Essa funcionária conhece muito bem a história da Fábrica Tacaruna já enquanto patrimônio e os projetos que foram elaborados para o local. Nesse sentido a arquiteta se mostrou bastante solícita para me esclarecer algumas lacunas que não ficam claras nos documentos relativos aos projetos para a antiga Fábrica que estão na Fundarpe.

À medida que analisava o processo de tombamento fui buscar entrevistas com pessoas que estiveram de alguma maneira, envolvidas com os projetos que foram elaborados para a Tacaruna. Contudo não obtive muito sucesso, pois a maioria dessas pessoas não trabalha mais na Fundarpe e outras não quiseram se pronunciar em relação ao assunto. Trata-se de um assunto bastante polêmico, tendo em vista a omissão do atual responsável pela antiga Fábrica, o governo do estado de Pernambuco, diante da patrimonialização do local e total abandono em seguida.

Percebi no decorrer da pesquisa que fotografias da época em que a Fábrica Tacaruna funcionava são escassas. Sendo assim pretendo fazer uma busca mais minuciosa dessas fotos em uma pesquisa futura. Ao mesmo tempo coletar entrevistas não só de pessoas envolvidas com a Fábrica após sua patrimonialização, mas também com ex-funcionários. Acredito que a fala desses indivíduos dará mais consistência à pesquisa, salientando a memória operária do local.

Na contemporaneidade a ideia que fazemos de patrimônio é mais ampla, mesmo tendo derivado do processo de consolidação dos Estados Nacionais europeu, atualmente há outras funções sociais envolvidas no processo de patrimonialização. O sentido de identidade e memória está mais presente durante esse processo. Sendo assim surgem outros tipos de patrimônio, ligados à história de grupos sociais diversos.

O patrimônio industrial está diretamente ligado à substituição de determinados métodos de trabalho por outros. O que se torna patrimônio são os vestígios materiais e imateriais das atividades desenvolvidas em espaços diversificados. Essas atividades são testemunhas das mudanças culturais de uma época.

Contudo é importante ficar atento aos usos que são ou não relegados a alguns patrimônios e qual memória vai ser ratificada após a patrimonialização. A Tacaruna foi tombada em 1994 e desde então o local é alvo de várias especulações quanto ao seu destino, enquanto isso o edifício se desgasta a cada dia e a sociedade permanece sem resposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

DEZEN-KEMPTER, Eloísa. **Patrimônio Industrial: em busca da sobrevivência**. In: Simpósio Nacional de História, XXIV, 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Disponível em: http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Elo%EDsa%20Dezen-Kempter.pdf. Acesso em: 11 mar. 2017.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória**. Museologia e Patrimônio, v. 2 n. 1, p. 22-35, jan./jun. 2009.

FORTUNA, Carlos. Apresentação. In: LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Lisboa: Letra, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc. – Iphan, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

ICOMOS. **Carta de Burra**. Austrália: 1980. Disponível em: https://claudiaporto.files.wordpress.com/2010/11/1980-carta-de-burra.pdf. Acesso em 11 mar. 2017.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf. Acesso em: 11 mar. 2017.

LEVINE, Robert. **A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira**, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LOPES, José Sérgio Leite; ALVIM, Rosilene. **Uma Memória Social Operária Forte Diante de Possibilidades de Patrimonialização Industrial**. Cultura Material e Patrimônio de C&T, 2003.

MAWAKDIYE, Alberto. **Falta de preservação ameaça história da indústria brasileira**. Disponível em: http://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/3281_DESTROCOS+URBANOS. Acesso em: 3 jul. 2015.

ROCHA, Limério Moreira da. **Usina Beltrão, Fábrica Tacaruna: história de um empreendimento pioneiro**. Recife: Ed. do Autor, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n° 26, jan./jun. 2013. p. 199-221.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil**. Rússia: 2003. Disponível em:

http://www.patrimonioindustrial.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29. Acesso em 21 set. 2015.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. **A Teoria Contemporânea da Conservação e a Arquitetura Moderna.** Centro de Estudos Integrados da Conservação Integrada, v. 58, 2014.

TOMAZ, Paulo Cezar. **A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil.** Revista de História e Estudos Sociais, v. 7, n. 2, mai./jun./jul./ago. 2010.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Patrimônio Industrial: algumas questões em aberto**. Usjt – arq. Urb, n. 3, primeiro semestre 2010.

FONTES PRIMÁRIAS DA MONOGRAFIA

BONFIM, Rosa. 22 ago. 2016. Entrevista concedida a Mariza Mariano.

CARTÓRIO DAS ARTES MOVIMENTA O SALÃO, **Jornal do Commercio**, Caderno C, p. 6, 14 jan. 2003.

CONTAGEM REGRESSIVA NO SALÃO DE ARTES, **Diário de Pernambuco**, Caderno Viver, p, 8, 11 fev. 2003.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, 4 abr. 2014.

GOVERNO REAFIRMA CONCESSÃO DA FÁBRICA TACARUNA À FIAT, **Leiajá Notícias**, 22 jul. 2015. Disponível em: www.leiaja.com/br. Acesso em: 30 jan. 2017.

JOVENS INVADEM ANTIGO PRÉDIO DA FÁBRICA TACARUNA, RECIFE, **Portal Folha de Pernambuco**. Disponível em: www.folhape.com.br. Acesso em 16 fev. 2017.

QUER FESTA NA FÁBRICA TACARUNA? SÓ PEDIR PRO CALDEIRÃO, **Leiajá Notícias**, 20 jul. 2010. Disponível em: www.leiaja.com/br. Acesso em: 30 jan. 2017.

PERNAMBUCO. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Projeto de Adaptação da Fábrica Tacaruna para um Shopping Center**. Recife: FUNDARPE, 1989.

PERNAMBUCO. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Processo de Tombamento do Conjunto Fabril Tacaruna**, n. 2374/93. Recife: FUNDARPE, 1993.

PERNAMBUCO. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Projeto Centro Cultural Tacuruna: Proposta de Parceria**. Recife: FUNDARPE, 2002.

PERNAMBUCO. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Projeto Centro de Cidadania e Juventude Padre Henrique**. Recife: FUNDARPE, 2009.

SALÃO DE ARTES REABRE TACARUNA NA MARRA, **Diário de Pernambuco**, Recife, Caderno Viver, p. 6, 31 out. 2002.

NATAL E ANO BOM: AS FESTAS DE NATAL EM TACARUNA, **Diário de Pernambuco**, Caderno Viver, p. 3, 17 dez. 1932.

TODOS OS SPORTS: TACARUNA X ATHENIENSE, **Diário de Pernambuco**, Caderno Viver, p. 7, 08 ago. 1940.

APÊNDICE

FOTO 1

Fachada - 2017

FONTE: Foto Ed. Machado

FOTO 2

Fachada - 2017

FONTE: Foto Ed. Machado (2017)

FOTO 3

Interior da Fábrica

FONTE: Foto Ed. Machado. (2017)

FOTO 4

Área Externa

FONTE: Foto Ed. Machado (2017)

FOTO 5

Área Externa

FONTE: Foto Alexandre Cunha (2015)

FOTO 6

Chaminé

FONTE: JC Online (2012)